

# Oficina - Análise Executiva

2025

## Sumário

|                                                                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Trilha de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas .....                                                   | 3  |
| Objetivos .....                                                                                                   | 3  |
| Introdução: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas .....                                                 | 4  |
| O Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas foi criado através da Lei Estadual 10.744/2017 ..... | 5  |
| Conhecendo mais sobre o SIMAPP .....                                                                              | 7  |
| Análise Executiva .....                                                                                           | 15 |
| Caracterização da Política .....                                                                                  | 16 |
| Diagnóstico do Problema .....                                                                                     | 21 |
| Desenho .....                                                                                                     | 28 |
| Processos.....                                                                                                    | 34 |
| Percepção dos Beneficiários.....                                                                                  | 39 |
| Resultado da Política .....                                                                                       | 42 |
| Análise Crítica.....                                                                                              | 45 |
| Recomendações .....                                                                                               | 48 |
| Métodos para Coleta de Dados.....                                                                                 | 51 |
| Referências.....                                                                                                  | 53 |

## **Trilha de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas**



## **Objetivos**

- ✓ Apresentar a “Análise Executiva” para o servidor que tem atividade relacionada às políticas públicas em seu trabalho cotidiano
- ✓ Deixar todos os participantes capacitados para aplicação de avaliação da política pública através da Análise Executiva, sempre que necessário no desenvolvimento de suas atividades

## Aula 1

### 1. Introdução: Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

- ✓ Políticas públicas são as ações do Estado para resolver ou tratar problemas da sociedade
- ✓ A efetividade das ações estatais em mitigar ou resolver os problemas que as motivaram é um elemento pouco analisado no Brasil
- ✓ As práticas de monitoramento e de avaliação (M&A) produzem evidências sobre a efetividade ou não das políticas públicas...

Assim, podem ser utilizadas como instrumentos poderosos para a tomada de decisão dos gestores.

- ✓ Não só no Brasil, mas em todo o mundo, crescem as pressões por maior responsabilização dos governos e das organizações em transmitir confiança e conquistar reconhecimento pelo desempenho e pela efetividade de suas ações
- ✓ Nesse cenário, o Governo do Estado do Espírito Santo deu um passo pioneiro no Brasil, ao criar o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP)
- ✓ LEI Nº 10.744, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017 institui o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI107442017.html>)

## 2. O Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas foi criado através da Lei Estadual 10.744/2017

Lei Estadual 10.744/2017 Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SiMAPP)

- I - institucionalizar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de forma coordenada e articulada no ciclo orçamentário;
- II - aprimorar as políticas públicas do Poder Executivo Estadual;
- III - melhorar a qualidade do gasto público.

Decreto nº 5356-R/2023 Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

**Tabela 1 – Avaliações e Monitoramento (Exemplo 2023)**

| ÁREA DE RESULTADO                         | POLÍTICA PÚBLICA                                                                      |
|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Avaliações</b>                         |                                                                                       |
| Agricultura e Meio Ambiente               | Reflorestar                                                                           |
| <b>Análise Executiva</b>                  |                                                                                       |
| Agricultura e Meio Ambiente               | Programa Capixaba de Mudanças Climáticas                                              |
| Proteção Social, Saúde e Direitos Humanos | Análise Executiva do Programa Estadual de Ações Integradas sobre Drogas – Rede Abraço |
| <b>Monitoramento</b>                      |                                                                                       |
| Proteção Social, Saúde e Direitos Humanos | Centros de Referência das Juventudes                                                  |

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neve (IJSN), 2018.

**Os designados para compor os Grupos Executivos de Trabalho foram listados pela Instrução de Serviço nº 41/2023**

Art. 1º Designar os servidores abaixo listados para compor os Grupos Executivos de Trabalho no âmbito do SIMAPP, de acordo com os projetos de monitoramento e avaliação das políticas selecionadas pelo Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas vigente, quais sejam:

- 1) **REFLORESTAR:** I) BANDES: Lara Destefani Sarmento (titular) e Eduardo Küster Pinto (suplente); II) ESESP: Chayane Daltio Figueiredo (titular) e Laís Alves Gracia (suplente); III) FAPES: Elton Siqueira Moura (titular) e Mario do Amaral Muniz (suplente); IV) IJSN: Pablo Medeiros Jabor (titular) e Lígia da Motta Silveira Borges (suplente); V) SEAMA: Marcos Franklin Sossai (titular) e Frederico Pereira Pinto (suplente); VI) SEFAZ: Miriam Borges dos Santos (titular) e Andressa Buss Rocha (suplente); VII) SEGER: Fabiana Caniçali Braga (titular) e Flávia Pulcheri Ribeiro (suplente); VIII) SEP: Matheus Costa Lopes (titular) e Elizane Maria Carneio Jubini (suplente).
- 2) **PROGRAMA CAPIXABA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS:** I) ESESP: Chayane Daltio Figueiredo (titular) e Laís Alves Gracia (suplente); II) FAPES: Denio Rebello Arantes (titular) e Igor da Silva Nascimento (suplente); III) IJSN: Pablo Medeiros Jabor (titular) e Katia Cesconeto de Paula (suplente); IV) SEAMA: Juliana dos Reis (titular) e Alexandre Vaz Castro (suplente); V) SEFAZ: Miriam Borges dos Santos (titular) e Andressa Buss Rocha (suplente); VI) SEGER: Davi Amorim Salgueiro (titular) e João Paulo Mello Teixeira (suplente); VII) SEP: Andressa Rodrigues Pavão (titular) e Matheus Costa Lopes (suplente).
- 3) **ANÁLISE EXECUTIVA DO PROGRAMA ESTADUAL DE AÇÕES INTEGRADAS SOBRE DROGAS - REDE ABRAÇO:** I) ESESP: Viviane Maitan do Nascimento (titular) e Marcos Américo Villas Boas (suplente); II) FAPES: Celso Alberto Saibel Santos (titular) e Edinir Pinheiro Fialho (suplente); III) IJSN: Thiago de Carvalho Guadalupe; IV) SEFAZ: Andressa Buss Rocha (titular) e Miriam Borges dos Santos (suplente); V) SEG: Carlos Augusto Lopes (titular) e Nathalia Borba Raposo Pereira (suplente); VI) SEGER: Larisse Brunoro Grecco (titular) e Eduardo Porfírio Casotto (suplente); VII) SEP: Janaína do Nascimento Valois (titular) e Lucimar Jovino de Carvalho (suplente).
- 4) **CENTROS DE REFERÊNCIAS DAS JUVENTUDES:** I) ESESP: Chayane Daltio Figueiredo (titular) e Laís Alves Gracia (suplente); II) FAPES: Lucia Aparecida de Queiroz Araújo (titular) e Beatriz Andrade Monfardini (suplente); III) IJSN: Sandra Mara Pereira (titular) e Katia Cesconeto de Paula (suplente);

IV) SEDH: Raiana Ribeiro Rangel (titular) e Bruno Rosa Valerio (suplente); V) SEFAZ: Andressa Buss Rocha (titular) e Miriam Borges dos Santos (suplente); VI) SEGER: Eduardo Porfírio Casotto (titular) e Pablo Sandin Amaral (suplente); VII) SEP: João Carlos Mello de Souza (titular) e Ana Lucia de Lima Pansini (suplente).

**Art. 2º. Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.**

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neve (IJSN)

### **3. Conhecendo mais sobre o SIMAPP**



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neve (IJSN), 2018.

## SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SiMAPP)

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neve (IJSN), 2018.

### **Avaliações são conduzidas por uma variedade de razões práticas:**

- ✓ Preocupações sobre as necessidades do público-alvo e se ele está sendo adequadamente atendido;
- ✓ Preocupações sobre a gestão e operação do programa;
- ✓ A eficácia dos serviços, se o programa está tendo o impacto desejado e se seus benefícios compensam seus custos, entre diversas outras.

Uma avaliação **deve ser objetiva** quanto ao conjunto de informações que pretende levantar, uma vez que a natureza das questões da avaliação influencia diretamente o tipo de avaliação a ser conduzida e a metodologia a ser aplicada.

Uma forma de classificar diferentes tipos de avaliação é considerar o **momento em que a avaliação é conduzida**:

- ✓ **Uma avaliação ex-ante** ocorre antes da implementação da política...
- ✓ **Uma avaliação ex-post** é realizada após a implementação da política

*Análise Executiva - é uma avaliação que gera uma visão global do desempenho da política pública já implementada, mesclando várias metodologias e verificando, inclusive, a necessidade de elaboração de avaliações ex-post mais aprofundadas.*

**FIGURA 1: Os tipos de avaliação nas etapas do ciclo de programas e projetos**



Fonte: FJP. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: POR ONDE COMEÇAR? Um guia prático da metodologia de marco lógico, BH, 2022.

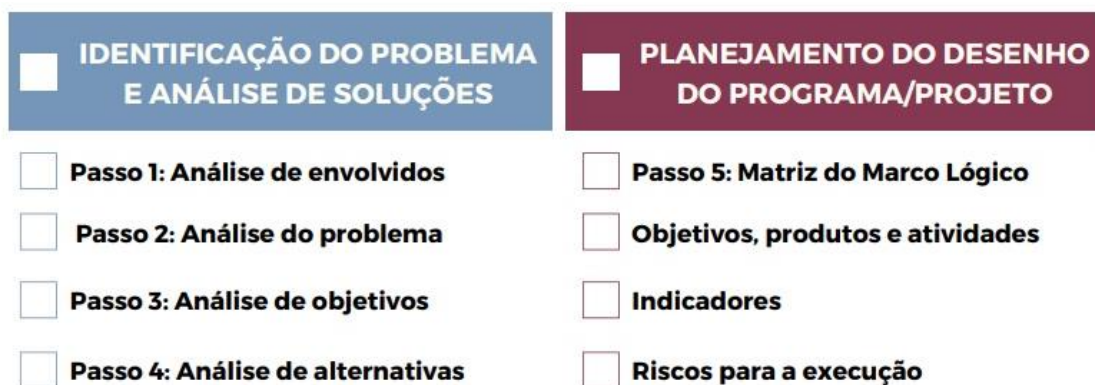
## O desenho de políticas públicas como cadeia casual.

**Figura 2 – Cadeia causal do desenho de políticas públicas**



Fonte: FJP. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: POR ONDE COMEÇAR? Um guia prático da metodologia de marco lógico. BH, 2022.

**Figura 3 – Etapas e passo a passo da Metodologia de Marco Lógico**



Fonte: FJP. AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: POR ONDE COMEÇAR? Um guia prático da metodologia de marco lógico. BH, 2022

**Figura 4 – Exemplos de questões que uma avaliação pode ajudar a responder**

**Boxe 1**

**Exemplos de questões que uma avaliação pode ajudar a responder:**

- Qual a natureza do problema que se quer enfrentar? A atuação do Estado é justificada?
- A intervenção está sendo bem implementada? As ações pretendidas estão sendo realizadas?
- Quem está sendo beneficiado pela intervenção?
- Qual foi a performance da intervenção? Os impactos esperados foram atingidos?
- Qual o custo da intervenção? O custo da política é razoável em relação a seus benefícios?

Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

## Análise Executiva: Avaliação ao alcance de todos

**Figura 5 – Etapas a serem percorridas**



Análise dos processos que envolvem a implementação da política, incluindo se a operação seguiu conforme o planejado; se os insumos foram suficientes; se as atividades programadas foram realizadas; se os fornecedores entregaram os serviços previstos; e se o cronograma original foi cumprido.



Coleta de dados quanto à satisfação dos beneficiários sugere-se orientações para a elaboração de questionários e a realização de entrevistas/grupos focais com beneficiários: quando usar, como planejar, como conduzir, entre outros.



São analisadas questões relacionadas à entrega dos produtos da política, assim como de seus resultados. Além disso, é nessa etapa que são consideradas as informações quanto à cobertura e focalização da população-alvo, além de considerações quanto aos custos.





**Análise crítica**

Ferramenta de planejamento para analisar de forma crítica os componentes da política com base em todas as informações levantadas durante a análise executiva, de modo a embasar as recomendações que serão feitas.

Realização de recomendações, customizadas para cada política a fim de corrigir problemas e melhorar os resultados.



**Recomendações**

Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

## **Atividades práticas (1)**



Fonte: Fotografia disponível para uso livre em <https://www.pexels.com/pt-br/foto/grupo-de-pessoas-reunidas-em-torno-de-uma-mesa-de-madeira-3184360/>

- ELABORAR ESBOÇO COM AS 8 ETAPAS DA ANÁLISE EXECUTIVA

## Aula 2

### 1. Análise Executiva

A análise executiva é um tipo de avaliação ex-post, ou seja, de intervenções já em andamento, que tem como objetivo apresentar uma visão geral sobre o desempenho da política pública.

“(...) realizada a partir de dados secundários e registros administrativos, com o objetivo de averiguar se a performance da política é satisfatória ou se é necessário realizar uma avaliação mais aprofundada”. (IJSN, 2018)

Com o objetivo de compreender a política por completo, os avaliadores designados para realização da análise executiva devem, primeiramente, tomar conhecimento de todas suas características, por meio de registros, documentos e dados disponíveis.

- ✓ O papel desse tipo de análise é o de **utilizar as informações disponíveis**, complementadas por instrumentos simples de coleta de dados, da forma mais proveitosa possível para avaliar as dimensões de desenho, operação e resultados da política.
- ✓ As **limitações referentes à disponibilidade e qualidade dos dados existentes**, bem como a disponibilidade dos gestores para fornecê-los e participar de reuniões/entrevistas, podem elevar o tempo necessário para a elaboração da análise executiva.
- ✓ Primeiro produto da análise executiva: a organização sistemática das informações existentes acerca da política e a identificação das dimensões de dados faltantes.
- ✓ O produto principal da análise será um documento, no formato de relatório...

Após a realização de uma análise crítica (por exemplo, através de uma matriz SWOT que leve em conta as forças e fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas), a análise executiva culmina na realização de recomendações sobre possíveis ajustes na política ou necessidade de avaliações mais aprofundadas.

## **2. Caracterização da Política**

- ✓ A primeira etapa da análise executiva consiste em consolidar, de forma sucinta, a descrição da política, por meio das informações adquiridas nos documentos e registros encontrados
- ✓ O objetivo é apresentar a política juntamente a suas características principais...

**Na caracterização da política devem ser apresentados os aspectos a seguir:**

- 1) Identificação da política (nome, siglas, órgão em que está situada, ano de início, etc.)
- 2) Problema que pretende combater
- 3) Base legal
- 4) Principais objetivos e metas de curto e longo prazo;
- 5) Bens e serviços planejados (incluindo os que foram planejados, mas não oferecidos)
- 6) Critérios de focalização, priorização, e taxa de cobertura de atendimento

**Figura 6 – Programa de Bolsas de Apoio a Retenção Escolar (BARE) do Chile <sup>4</sup>**

**Exemplo 1**

### Programa de Bolsas de Apoio a Retenção Escolar (BARE) do Chile<sup>4</sup>

Para caracterizar o Programa de Bolsas de Apoio a Retenção Escolar (BARE) do Chile foram identificadas as seguintes informações (considerando os aspectos sugeridos anteriormente) na análise executiva:

#### 1. Identificação da política:

O Programa de Bolsas de Estudos de apoio a Retenção Escolar (BARE - *Programa de Beca de Apoyo a La Retención Escolar*) teve início em 2009 e é administrado pelo Conselho Nacional de Auxílios e Bolsas de Estudo (JUNAEB). Originalmente, pertencia ao programa "*Liceo Para Todos*"

encerrado em 2008. A avaliação é referente ao período de 2014 a 2017.

## **2. Problema que pretende combater:**

Os problemas que dão origem ao programa são as altas taxas de abandono escolar e de não-conclusão dos 12 anos de escolaridade obrigatória.

## **3. Base legal da política:**

O BARE é regido pelo Decreto No. 312 do ano 2002 do Ministério da Educação (MINEDUC) do Chile.

## **4. Objetivos e metas de curto e longo prazo:**

O objetivo do programa é promover a equidade no sistema educacional, ou seja, garantir que os alunos tenham as mesmas oportunidades de receber uma educação de qualidade, com a finalidade de contribuir para que estudantes em vulnerabilidade socioeducativa (definida a partir dos critérios apresentados no item 6, a seguir) completem os 12 anos de escolaridade obrigatória.

## **5. Bense serviços planejados:**

O programa consiste na entrega de bolsas de estudo (transferências monetárias condicionadas) para estudantes matriculados entre 1 e o 4 ano do Ensino Médio em estabelecimentos subsidiados.

## **6. Critérios de focalização e priorização de atendimento, taxa de cobertura de atendimento:**

A população potencial são os alunos matriculados entre o 1 e 4 ano do Ensino Médio que apresentam elevada vulnerabilidade socioeducativa, isto é, de acordo com o Decreto No. 218 (MINEDUC, 2009) são alunos com "condição de gravidez, maternidade, paternidade e beneficiários do programa Chile Solidário, que cursam o Ensino Médio". A população objetivo é definida como os alunos da população potencial que cumprem os requisitos para obter o acesso à bolsa de estudos e que estejam matriculados em um "*Liceo Focalizado*". Os *Liceos* são escolas de Ensino Médio que apresentam maiores taxas de risco de abandono escolar, alta concentração da população com baixos níveis de renda, baixa escolaridade dos pais e baixos resultados educacionais.

**Figura 7 – População potencial, objetivo e beneficiária do BARE (2014-2017)**

| Ano                  | População potencial | População objetivo | População beneficiária |
|----------------------|---------------------|--------------------|------------------------|
| 2014                 | 147.808             | 31.498             | 19.088                 |
| 2015                 | 157.314             | 33.564             | 24.415                 |
| 2016                 | 162.712             | 39.471             | 25.244                 |
| 2017                 | não disponível      | 35.471             | 25.342                 |
| % Variação 2014-2017 | 10%                 | 25%                | 32%                    |

Fonte: Chile Solidário (Ministério de Desenvolvimento Social e departamento de bolsas de estudos JUNAEB)

**Figura 8 – Programa de Imunização (PNI) do Chile <sup>5</sup>**

**Exemplo 2**

**Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Chile<sup>5</sup>**

Para caracterizar o Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Chile foram identificadas as seguintes informações (considerando os aspectos sugeridos anteriormente) na análise executiva:

**1. Identificação da política:**

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) teve início em 1979 e tem como órgão responsável o Departamento de Imunização, dependente da Subsecretaria de Saúde Pública do Chile.

**2. Problema que pretende combater:**

As doenças transmissíveis evitáveis que o PNI pretende combater são: tuberculose, difteria, tosse convulsiva, tétano, poliomielite, infecções invasivas devido a hemofilia influenza e tipo b, hepatite B infantil, sarampo, rubéola, caxumba e infecções pneumocócicas.

**3. Base legal da política:**

A natureza compulsória das vacinas é estabelecida no Código Sanitário do Chile, artigo 32; no entanto, as pessoas são livres para aceitar essa intervenção.

**4. Objetivos e metas de curto e longo prazo:**

O PNI tem como finalidade contribuir para manter e melhorar a saúde da população chilena, buscando reduzir (ou no mínimo reter) a morbimortalidade da população por doenças transmissíveis evitáveis por meio de um conjunto de vacinas.

**5. Bens e serviços planejados:**

O PNI tem como principal atividade a aplicação de vacinas em todo país em estabelecimentos de saúde públicos e privados. O período de execução do programa é anual e segue o calendário de imunizações para a população objetivo, definida e quantificada de acordo com as projeções oficiais da população do Instituto Nacional de Estatística (INE).

**6. Critérios de focalização e priorização de atendimento, taxa de cobertura de atendimento:**

A população objetivo é definida para cada tipo de imunização. Por exemplo, a vacina para tuberculose tem como população objetivo toda a população infantil e seu esquema de imunização é composto por uma dose da vacina BCG durante os primeiros dias de vida. Para a rubéola, a população objetivo também é composta por toda população infantil, para a qual é aplicada uma dose da vacina trivalente aos 12 meses de idade.

Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

## Aula 3

### 3. Diagnóstico do Problema

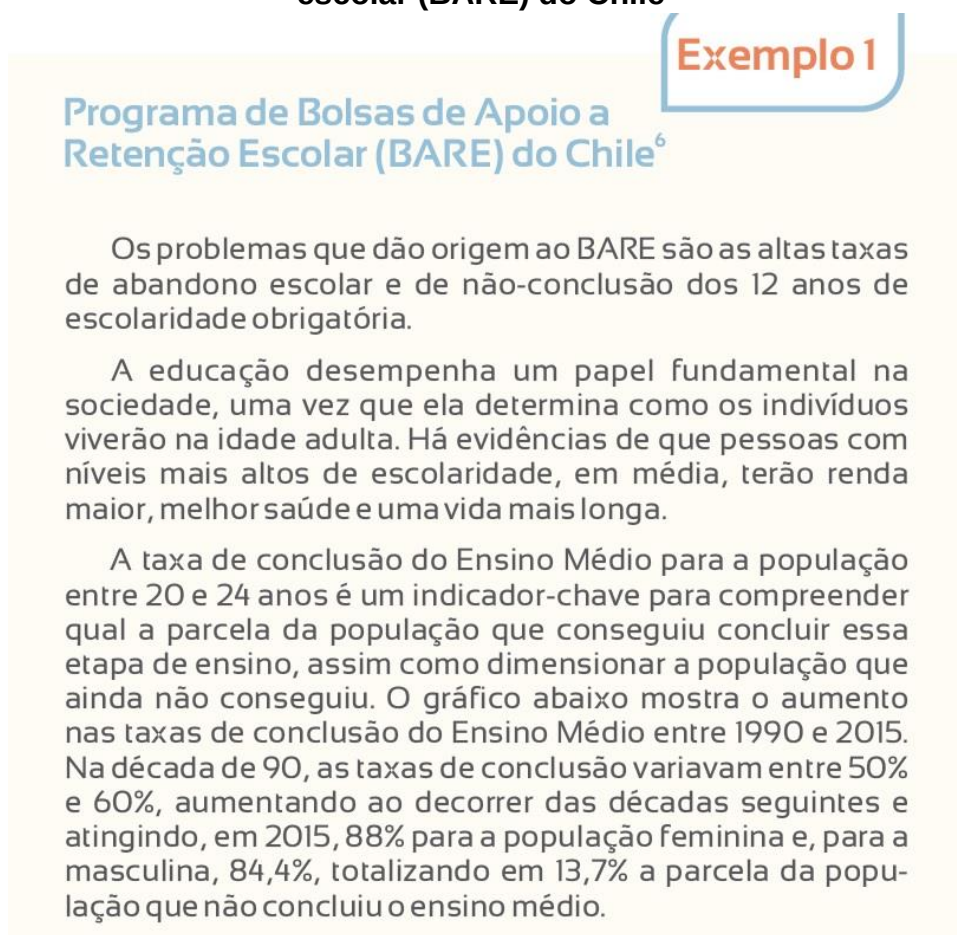
- ✓ Essa etapa consiste na identificação mais detalhada do problema combatido ou necessidade atendida pela política
- ✓ Com base nas informações levantadas, deve-se avaliar o diagnóstico do problema conforme elaborado durante a concepção da política, com o objetivo de compreender os motivos que levaram a sua criação

Essa análise permitirá verificar se de fato havia um problema social que justificasse a existência de uma intervenção pública e se as causas potenciais identificadas para esse problema parecem plausíveis sob a ótica de consistência lógica.

É importante verificar a existência de um plano de atualização do diagnóstico do problema através do devido acompanhamento dos indicadores que o caracterizam.

Caso esse acompanhamento não esteja ocorrendo, essa etapa da análise executiva deve ser responsável por realizar essa atualização do diagnóstico.

**Figura 8 – Diagnóstico do problema/Programa de Bolsas de Apoio a Retenção escolar (BARE) do Chile<sup>6</sup>**



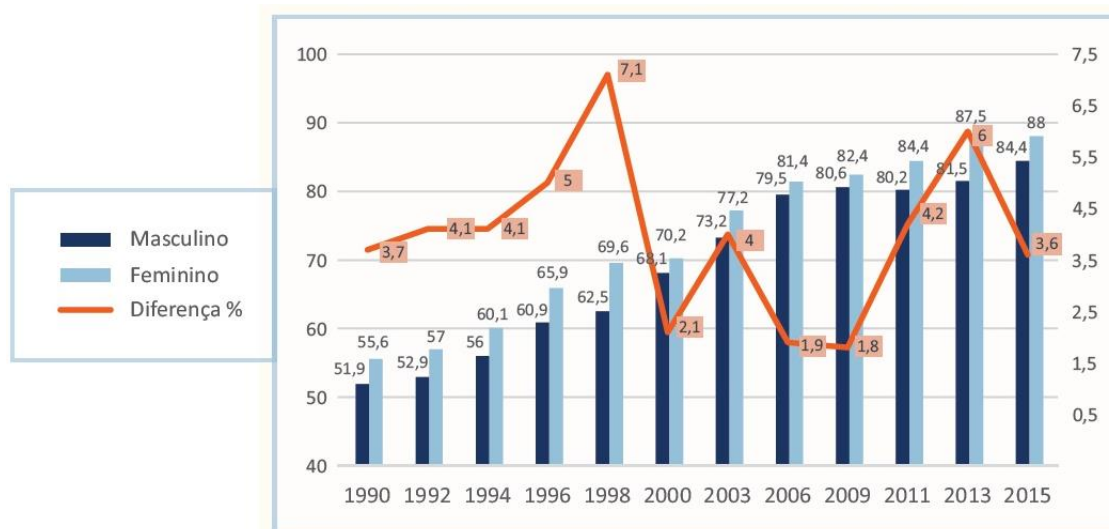
O abandono escolar é um fenômeno multicausal associado a fatores extracurriculares (condições de pobreza, fatores de vulnerabilidade social, entre outros) e também a fatores intraescolares ligados ao desempenho escolar (frequência escolar e desempenho, por exemplo).

Estudos desenvolvidos no Chile mostram que, em relação aos estudantes de condições sociais semelhantes, os alunos com maior risco de abandono são aqueles que não apresentam frequência escolar regular, que já repetiram de ano e que apresentam desempenho escolar insuficiente. Já em relação aos fatores extracurriculares, os estudantes que abandonam a escola compartilham de algumas características: elevado número de membros na família, pais solteiros, vivem na pobreza e acumulam outros problemas familiares que se expressam como pouco apoio e envolvimento dos pais na educação de seus filhos (ver, por exemplo, Espinoza *et al.*, 2012).

Outros fatores extracurriculares como a condição de gravidez, maternidade e paternidade do adolescente constituem fatores de mudança familiar que podem influenciar negativamente na frequência e no desempenho escolares, tendo efeitos especialmente sobre as mulheres. Um estudo elaborado com os dados de 2015 da *Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional* (CASEN), sobre as principais razões para a infrequência escolar de crianças e adolescentes de ambos os sexos entre 11 e 19 anos, mostrou que para uma amostra de 75.998 mulheres que não frequentam o sistema escolar, 42,1% delas têm um ou mais filhos. Desse grupo de mães, 58,8% atribuiu à condição de maternidade como sendo a principal razão para não frequentar a escola, seguido da procura de emprego (13,2%). Para mulheres sem filhos, o principal motivo para não frequentarem a escola é atribuído à procura de emprego (30,7%) e a dificuldades econômicas (19,4%). Dificuldades econômicas, trabalho ou procura de emprego são as principais razões ou fatores que tiram os jovens do sistema escolar. Para uma amostra de 83.037 homens, o principal fator de abandono escolar identificado foi a procura de emprego (43%), seguido pela manifestação de falta de interesse (17%) e a presença de dificuldades econômicas (11,9%).

Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

**Figura 9 – Taxa de conclusão de Ensino Médio, 1990-2015**



Fonte: Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional (CASEN), 1990-2015

**Figura 10 – Programa Nacional de Imunização (PNI) do Chile <sup>7</sup>**

**Exemplo 2**

**Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Chile <sup>7</sup>**

O problema que dá origem ao PNI é a incidência e mortalidade por doenças infecciosas transmissíveis evitáveis. O programa busca contribuir para a diminuição da morbimortalidade por doenças transmissíveis cuja transmissão pode ser controlada por vacinas eficazes, principalmente entre crianças e idosos, e, consequentemente, melhorar a saúde da população.

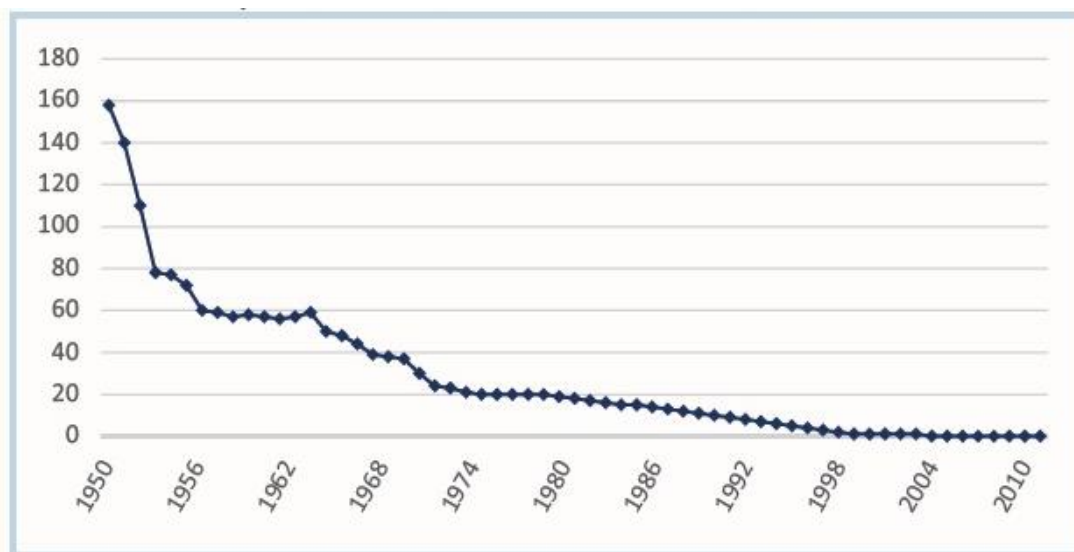
Devido à globalização e ao surgimento e ressurgimento de doenças, a abordagem das doenças transmissíveis exige uma visão global a seu respeito. Esse fenômeno global justifica a manutenção de agendas de saúde de maior abrangência e que suportem altos níveis de cobertura, de forma a estender os serviços de vacinação para outras faixas etárias além da infância, tendo como estratégia fenômenos como epidemias e emergências globais. Esse tipo de programa é valorizado em termos de evitar epidemias que causam perda de vida e capital humano e, consequentemente, perdas na produtividade de recursos humanos que sustentam a capacidade produtiva, econômica e de bem-estar social do país.

As estratégias de imunização são intervenções coletivas cuja finalidade é o bem comum da população. Quando se imuniza uma proporção alta de pessoas em que o entendimento sobre o que significa uma “proporção alta” varia entre 75% e 95% de acordo com evidências (SMITH, 2010), se obtém um benefício coletivo, pois essa cobertura e protege, indiretamente, aqueles indivíduos não imunizados.

Por exemplo, os gráficos a seguir mostram: (i) uma grande redução na mortalidade por tuberculose nos primeiros cinco anos desde a introdução da vacina em 1950; e (ii) as mudanças na incidência (morbidade) por tuberculose.

Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

**Figura 11 – Mortalidade por tuberculose, por 100.000 habitantes. Chile 1950-2011**



Fonte: dados dos *Anuários de Notificación Obligatoria*.

**Figura 12 – Incidências de tuberculose, por 100.000 habitantes. Chile 1982-2011**



Fonte: dados dos *Anuários de Notificación Obligatoria*.



Fonte: Fotografia disponível para uso livre em <https://www.pexels.com/pt-br/foto/grupo-de-pessoas-reunidas-em-torno-de-uma-mesa-de-madeira-3184360/>

## **Atividades práticas (2)**

- 1) A política (programa ou projeto) com que estão trabalhando hoje possui todas as informações necessárias disponíveis?
- 2) Quais limitações encontradas? (no que diz respeito à qualidade e disponibilidade dos dados)

## **Atividades práticas (3)**

**CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA:**

- 1) Identificação; Problema que pretende combater; Base legal; Principais objetivos (curto e longo prazo); Bens e serviços planejados; Critérios de focalização, priorização, e taxa de cobertura de atendimento

## **Atividades práticas (4)**

**DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA:**

- 1) O que motivou a criação da política? Por que é necessário a intervenção pública? O plano de diagnóstico do problema está atualizado?

## Aula 4

### 4. Desenho

- ✓ É comum que políticas públicas em curso não disponham de um Modelo Lógico documentado. Para esses casos, é essencial que ele seja elaborado durante essa etapa da análise executiva.
- ✓ É essencial que os gestores e demais pessoas envolvidas na condução do programa integrem a equipe avaliadora, tendo em vista a possibilidade de realização de entrevistas em profundidade para esclarecer pontos necessários à elaboração do Modelo Lógico, que deve refletir o que acontece na prática da política.

A partir da obtenção ou construção de um Modelo Lógico e da identificação dos objetivos da política, deve ser conduzida uma análise crítica da consistência do desenho da política, levando em consideração todas as etapas de seu Modelo Lógico – insumos, atividades, produtos, resultados e impactos.

Assim, será possível verificar se as atividades conduzidas ao longo de sua implementação são traduzidas na forma de produtos consistentes com as transformações que se pretendia atingir.

**Figura 13 – Programa de Bolsas de Apoio a Retenção Escolar (BARE) do Chile**

8

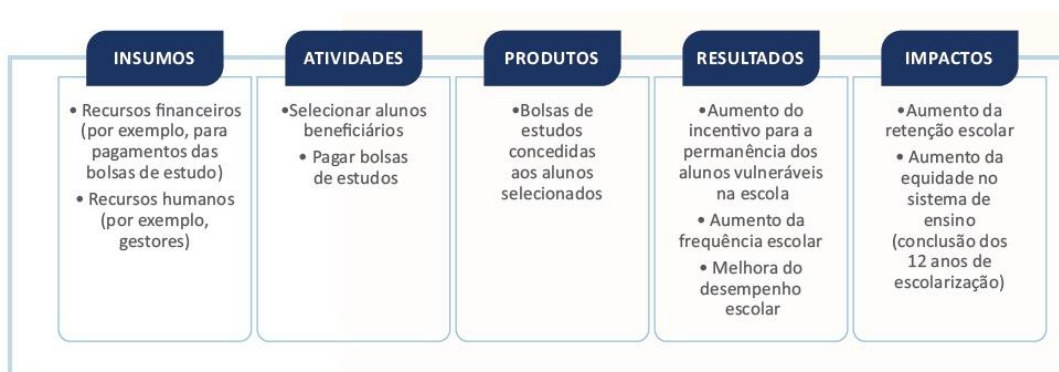
**Exemplo 1**

### Programa de Bolsas de Apoio a Retenção Escolar (BARE) do Chile<sup>8</sup>

A tabela a seguir apresenta, de forma resumida, uma sugestão de Modelo Lógico para o BARE. Ela foi elaborada a partir das informações apresentadas nos relatórios da análise executiva do BARE (apesar de não ter sido apresentada nesse mesmo formato durante a referida avaliação) com o intuito de ilustrar o que é esperado desse tipo de análise.

Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

**Figura 14 – Modelo lógico do BARE**



Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

### Figura 15 – Principal componente BARE

O principal componente do BARE consiste no pagamento de transferência monetária condicionada (bolsas de estudos) para reter alunos em vulnerabilidade socioeducativa. Essa transferência é distribuída em quatro parcelas que aumentam progressivamente ao longo do ano letivo e há a exigência de que o aluno cumpra com o acordo assinado na carta de compromisso (85% de frequência mínima e melhoria no desempenho escolar). Os impactos que o programa visa a promover na sociedade são o aumento da retenção escolar e o aumento da equidade no sistema de ensino (conclusão dos 12 anos de escolarização obrigatória).

Para conduzir uma análise crítica do desenho do programa, a análise executiva realizada considerou diversos aspectos, sendo alguns deles apresentados a seguir:

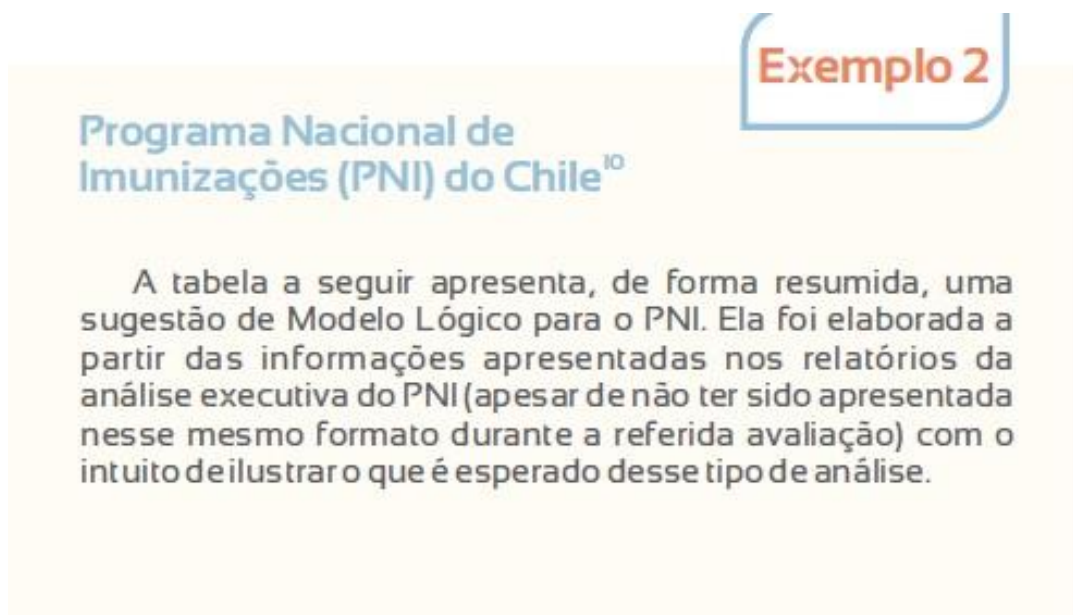
- **Valores das transferências:** para 2017, os valores das bolsas de estudos concedidas foram de \$40.000, \$45.000, \$50.000 e \$56.580 (em pesos chilenos) nos meses de abril, julho, setembro e novembro,

respectivamente<sup>9</sup>. A análise executiva concluiu que esses valores poderiam ser reconsiderados, tendo em vista que existem diferentes perfis de bolsistas, os quais poderiam apresentar diferentes necessidades econômicas. Dessa maneira, o valor da bolsa deveria ser escolhido de forma a ser atrativo para que os alunos se candidatassem.

- **Critério de focalização:** considerando que os alunos entre o 1º e o 4º de ensino médio que apresentam vulnerabilidade socioeconômica compõem a população potencial, dados do MDS-MINEDUC de 2016 evidenciaram que 75% destes não se encontram matriculados nos *Liceos Focalizados*. Portanto, a análise executiva chegou à conclusão de que há problemas nesse aspecto do desenho do programa, uma vez que o BARE não é aplicado ao universo da população potencial, mas apenas para os *Liceos Focalizados*. Nesse sentido, a análise executiva recomendou que os critérios de focalização deveriam ser revistos.

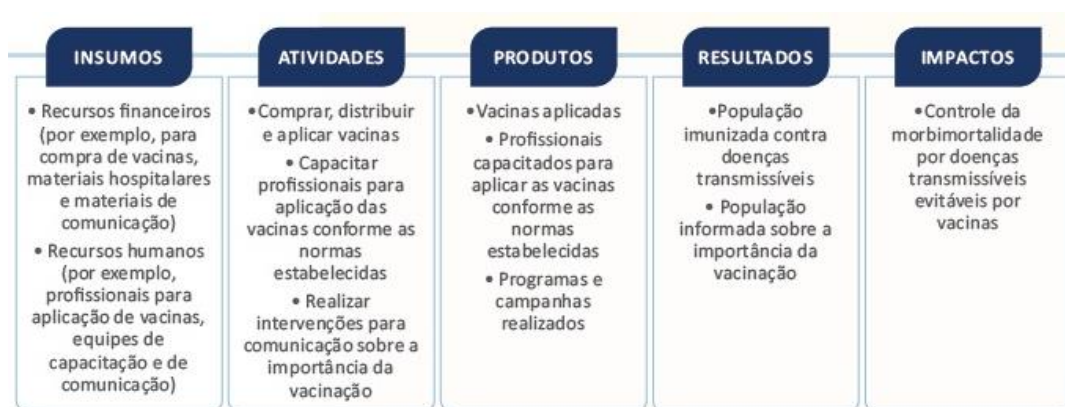
De modo geral, a análise executiva realizada do BARE considerou que o desenho do programa é adequado para abordar fatores socioeconômicos associados ao problema de abandono escolar, de forma que pode funcionar como complemento para outros programas destinados a combater outras causas de abandono escolar.

**Figura 16 – Programa Nacional de Imunização (PNI) do Chile<sup>1 0</sup>**



Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

**Figura 16 – Modelo Lógico do PNI**



Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

### Figura 17 – Condução de uma análise crítica

Para conduzir uma análise crítica do desenho do programa, a análise executiva realizada considerou diversos aspectos, sendo alguns deles apresentados a seguir:

- **Encadeamento lógico entre os componentes do programa e plausibilidade de hipóteses adotadas:** para que as vacinas sejam aplicadas, é necessária a realização de outros dois componentes, sendo eles: (i) a capacitação dos profissionais responsáveis por administrar as vacinas conforme as normas estabelecidas; e (ii) a realização de programas e campanhas de comunicação sobre a importância da vacinação, sob a hipótese, nesse caso, de que promoverá o aumento da demanda da população por vacinas. Essa interdependência entre os componentes da Teoria do Programa foi considerada internamente consistente pela análise executiva e a hipótese citada analisada como sendo plausível, tal que nesses aspectos a política foi avaliada de forma positiva.
- **Riscos:** a análise executiva considerou que a eventual ação de grupos antivacinas pode representar um risco para o PNI à medida que pode promover desconfiança sobre a segurança e eficácia de vacinas entre os potenciais beneficiários do programa, por exemplo. Dado isso, a análise executiva considerou que o componente do programa de comunicação sobre a importância das vacinas é essencial para mitigar esses riscos, já que promove a disseminação do conhecimento na população sobre a relevância e eficácia das vacinas para minimizar a transmissão de doenças evitáveis.

Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

P.S.: MDS | Monitoramento: Modelo Lógico

<https://www.youtube.com/watch?v=zXzV3LzS3Ag>

## Atividades práticas (5)



Fonte: Fotografia disponível para uso livre em <https://www.pexels.com/pt-br/foto/grupo-de-pessoas-reunidas-em-torno-de-uma-mesa-de-madeira-3184360/>

### DESENHO DA POLÍTICA:

- 1) Quais seriam os principais apontamentos da análise crítica da consistência do desenho da política na qual você está trabalhando?

(Modelo Lógico – insumos, atividades, produtos, resultados e impactos)

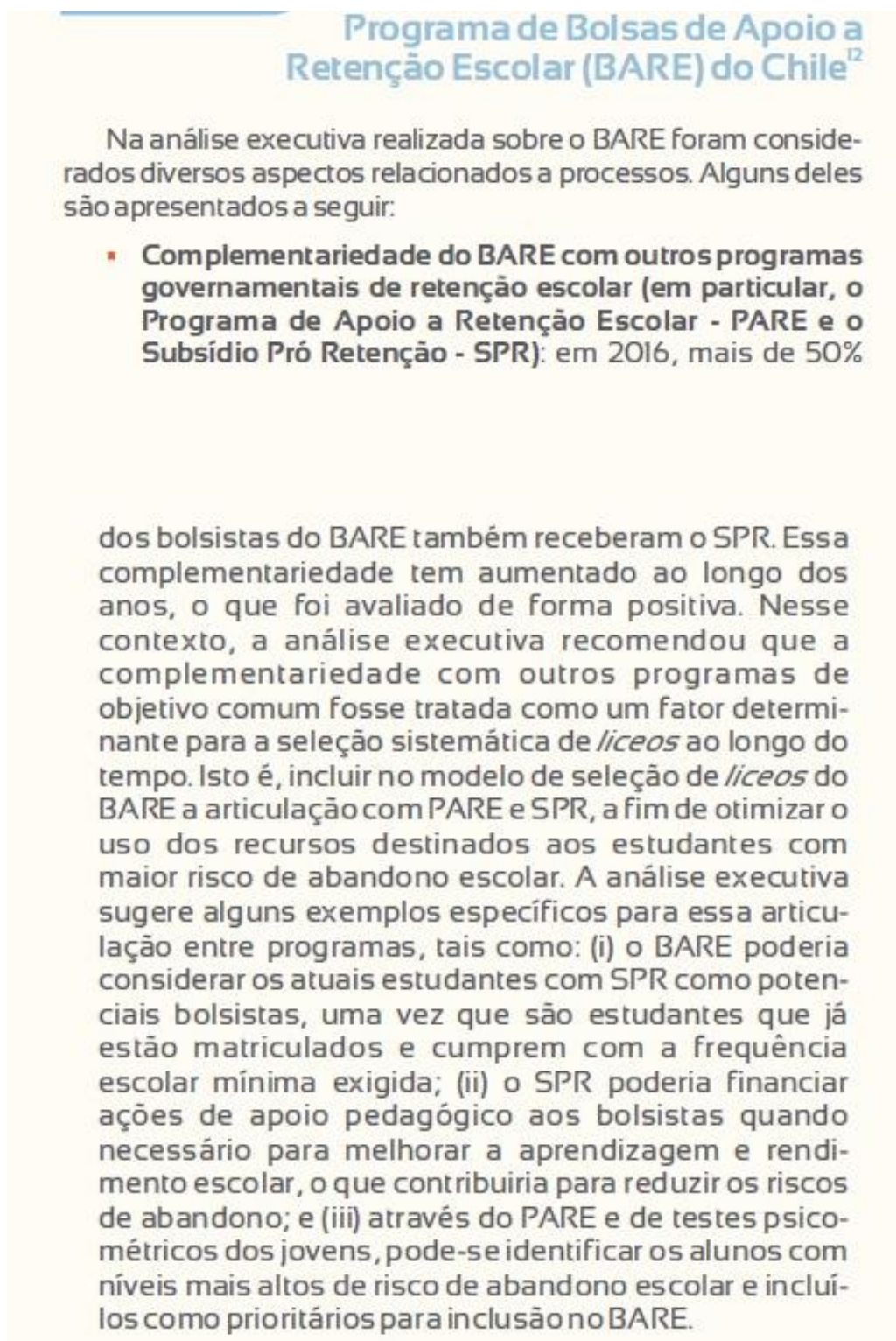
## 5. Processos

- ✓ Etapa destinada à análise de todos os processos que envolvem a implementação da política.
- ✓ Nesse ponto, a análise executiva deve identificar os aspectos responsáveis pela promoção ou obstrução da efetividade da política em questão, no que tange ao planejamento e execução de suas atividades

Possíveis perguntas a serem investigadas nessa etapa da análise executiva:

- Os insumos foram suficientes para a realização das atividades?
- Todas as atividades programadas foram realizadas?
- Os fornecedores e as instituições parceiras na implementação entregaram os serviços previstos?
- O cronograma original das atividades da política foi cumprido?

**Figura 18 – Programas de Bolsas de Apoio a Retenção Escolar (BARE) do Chile <sup>12</sup>**



- **Processo de inscrição de beneficiários no programa:** na análise executiva, identificou-se que as datas definidas para o processo de inscrição limitam a quantidade potencial de inscrições, uma vez que acontecem no período de férias. É possível que os alunos vulneráveis, justamente aqueles a quem o programa é destinado, tenham dificuldades em realizar suas inscrições no período em que estão longe das escolas.
- **Pagamento das bolsas de estudos:** o pagamento das bolsas de estudo pode se dar via *Conta RUT* ou *Pago Masivo*. O programa incentiva os alunos a optarem pela opção de recebimento via *Conta RUT*, uma vez que foram constatados problemas logísticos no pagamento via *Pago Masivo* com maior frequência (atrasos, por exemplo). A partir do levantamento de informações relacionadas, a análise executiva verificou que a porcentagem de alunos que recebiam a bolsa do BARE via *Pago Masivo* era elevada (34,4% em 2016), o que foi considerado um risco, já que parte dos alunos contemplados pelo programa pode deixar de receber o benefício na data correta devido a esses problemas logísticos, prejudicando o bom andamento do programa.

Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

**Figura 19 – Programas Nacional de Imunização (PNI) do Chile** <sup>13</sup>

Exemplo 2

**Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Chile**<sup>13</sup>

Na análise executiva realizada sobre o PNI do Chile foram considerados diversos aspectos relacionados a processos. Alguns deles são apresentados a seguir:

- **Gestão:** considerando os resultados da gestão do programa, a análise executiva realizada evidenciou que há uma perda de rastreabilidade dos valores financeiros e contabilísticos, como resultado da gestão descentralizada que requer mecanismos de coordenação e monitoramento sobre como a execução da despesa se materializa ao longo do tempo. Além disso, a eficiência do programa passa pelo fortalecimento da gestão de compras e distribuição das vacinas, que foi considerado um fator crítico de desempenho na análise executiva. O programa aloca 95% de seus recursos financeiros para as compras e distribuição de vacinas. Portanto, a análise executiva considerou que há espaço para melhorar a eficiência de gestão dos processos comerciais e financeiros, de forma a operar como um sistema mais integrado.
- **Controle de estoque:** a análise executiva realizada ilustrou a necessidade de controle de estoque do programa para cada tipo de vacina. Por exemplo, para o ano de 2010 foram aplicadas 68.949 vacinas BCG, porém haviam sido compradas 520.720 doses. Outra questão relacionada a isso é discutida na análise executiva se refere ao fato de que, em antecipação a perdas de vacinas, frequentemente é realizada a compra excessiva das mesmas, o que gera ineficiência. Uma das possibilidades discutidas na análise executiva para enfrentar esse problema de ineficiência é a compra de produtos de dose única e de maior duração, sempre que possível.

Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

## **Atividades práticas (6)**



Fonte: Fotografia disponível para uso livre em <https://www.pexels.com/pt-br/foto/grupo-de-pessoas-reunidas-em-torno-de-uma-mesa-de-madeira-3184360/>

### **PROCESSOS:**

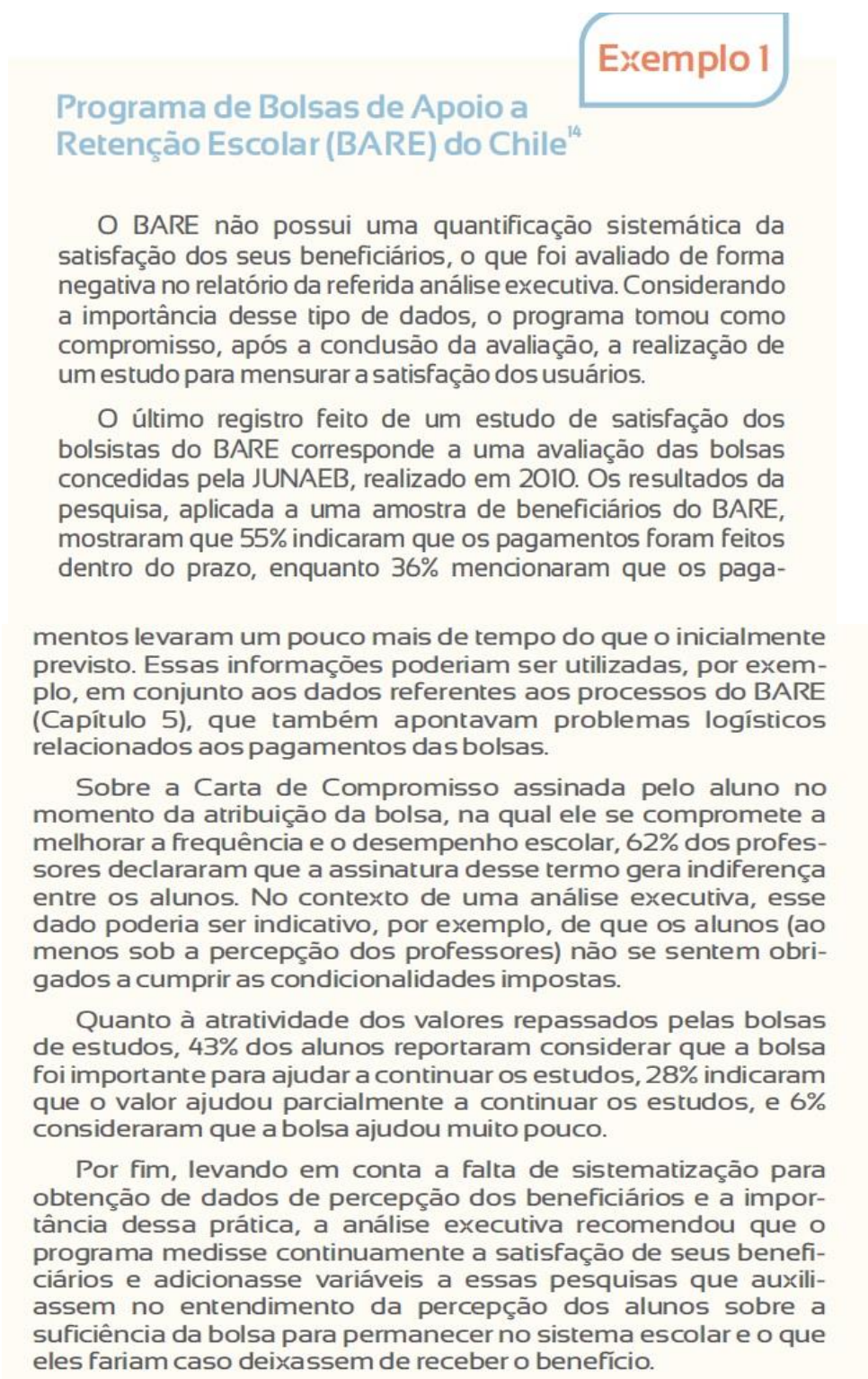
- 1) Liste quais seriam os processos principais para implementação/funcionamento da política avaliada
- 2) Partindo do planejamento e execução das atividades, os responsáveis pelos processos já estão definidos?

## Aula 5

### 6. Percepção dos beneficiários

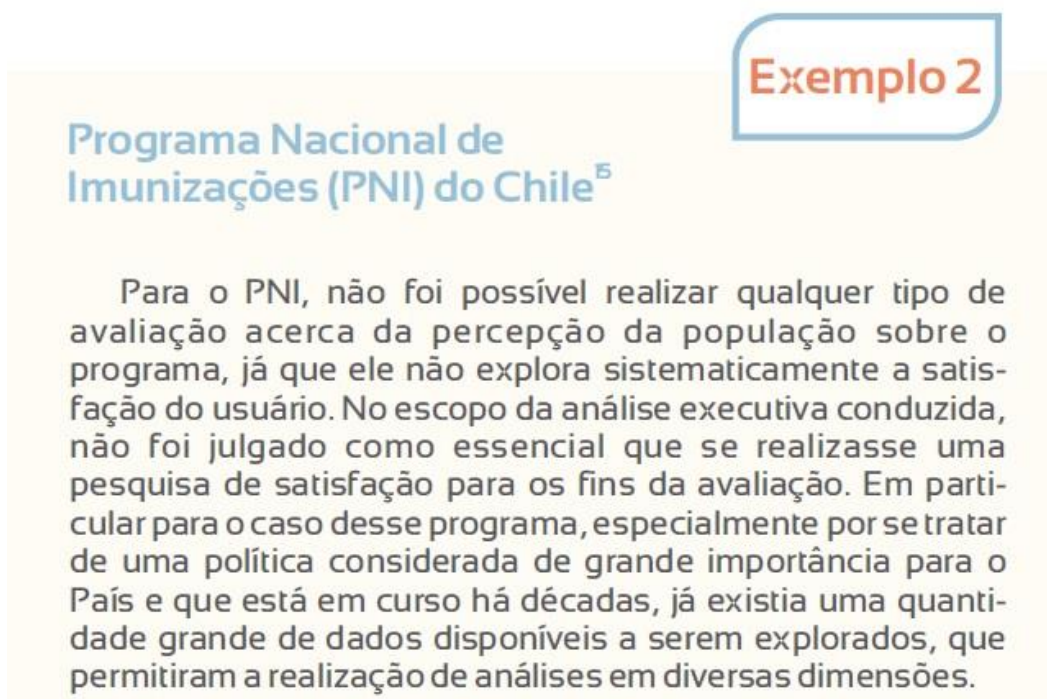
- ✓ (Infelizmente) Nem todas as políticas públicas coletam dados quanto à satisfação de seus beneficiários sobre seu desempenho, suas atividades ou seus resultados
- ✓ Nos casos em que esses tipos de dados já são coletados (através da aplicação de questionários de satisfação, por exemplo), eles podem auxiliar na compreensão do bom andamento da política
- ✓ Em determinados casos, pode ser preciso realizar o levantamento diretamente com os beneficiários a respeito de seus níveis de satisfação e percepções gerais sobre a política

**Figura 20 – Programas de Bolsas de Apoio a Retenção Escolar (BARE) do Chile <sup>14</sup>**



Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

**Figura 21 – Programas de Bolsas de Apoio a Retenção Escolar (BARE) do Chile <sup>15</sup>**



Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

### **Análise Executiva do Programa Homem que é Homem**

#### **I) Experiência de Ter Participado do Grupo Reflexivo:**

*“Muito positivo. Tiveram várias informações sobre relacionamento. Sobre o respeito à pessoa, conhecimento dos tipos de crime. Permitiu enxergar a mulher de outra forma, tive um crescimento muito grande (Depoimento de um beneficiário do programa).”*

#### **II) O que Achou Mais Importante nos Encontros:**

*“A questão do gênero. Da diferença de criação, do preconceito: “coisa de homem” e “coisa de mulher”. Repensei isso, fez pensar de forma diferente (Depoimento de um beneficiário do programa).”*

*“O mais importante para mim foi aprender que não existe diferença entre homens e mulheres, o homem também pode expressar seu sentimento livremente como a mulher. Aqui aprendi que o homem pode expressar seu sentimento e ele não faz por que não aprendeu na sociedade (Depoimento de um beneficiário do programa).”*

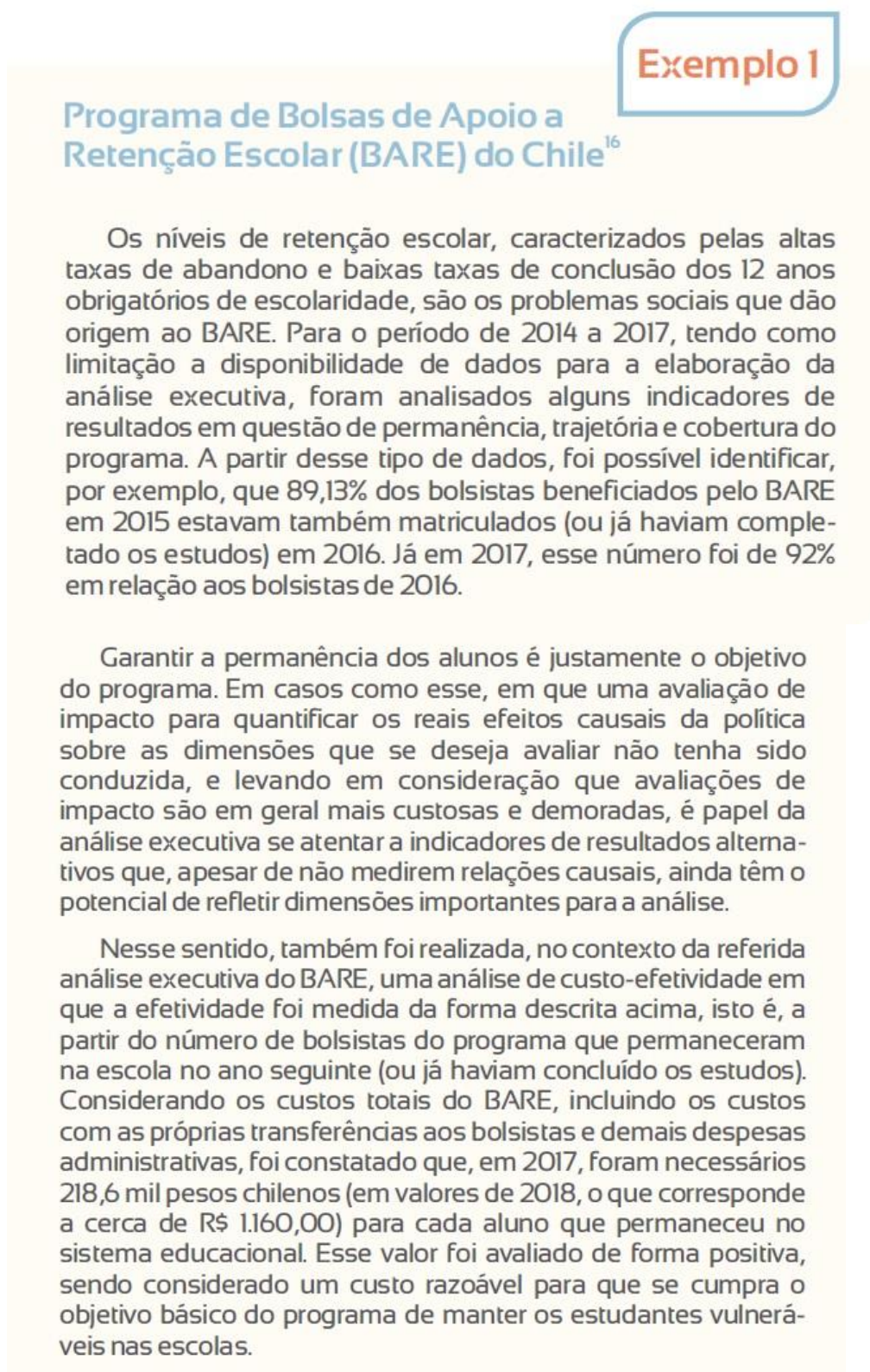
## 7. Resultado da política

O papel da análise de resultados é o de identificar os problemas associados à entrega de produtos e produção de resultados e impactos pela política, levantar questionamentos acerca da origem desses problemas e identificar a necessidade de uma investigação mais profunda para discutir eventuais soluções.

As questões durante a análise dos resultados incluem:

- 1) A focalização pretendida da política foi cumprida?
- 2) A cobertura planejada foi realizada?
- 3) Todos os produtos previstos foram entregues?
- 4) Os resultados previstos foram alcançados?
- 5) A política tem um custo razoável (em relação às boas práticas levantadas)?

**Figura 22 – Programas de Bolsas de Apoio a Retenção Escolar (BARE) do Chile<sup>16</sup>**



Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

**Figura 22 – Programa Nacional de Imunização (PNI) do Chile <sup>17</sup>**

### Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Chile<sup>17</sup>

O PNI foi considerado, no contexto de sua análise executiva, um programa bem-sucedido de Saúde Pública, uma vez que: evitou um grande número de mortes devido às doenças transmissíveis; diminuiu o número de morbidade no caso dessas doenças; gerou uma cultura favorável à imunização ativa na população chilena; agiu de forma eficaz contra surtos epidêmicos das doenças; é um programa de focalização universal, gratuito e não discriminatório.

Nesse sentido, a eficácia do PNI é medida através dos indicadores de incidência e mortalidade. Ao comparar, de forma bastante simples, a morbimortalidade atual por diversas doenças com a situação prévia ao início do programa, se verifica uma grande redução dessas taxas, com quedas drásticas dos casos e de mortes. Durante a análise

executiva, essa análise foi realizada para diversas vacinas e doenças consideradas pelo PNE, porém, como ilustração, no caso da vacina BCG, a taxa de mortalidade por tuberculose caiu, desde a década de 60, de 154 para 1,4 mortes por 100.000 indivíduos.

Da mesma forma, são analisados os indicadores de cobertura do programa, onde a cobertura de cada vacina é calculada a partir do total de pessoas vacinadas dividido pelo tamanho da população objetivo (que é, portanto, bem definida e quantificada para todas as vacinas consideradas esses dados também são apresentados no relatório da análise executiva). Para os anos de 2008 a 2011, o grau de cobertura atingido pelo PNI para todas as vacinas foi considerado alto. Por exemplo, para a vacina BCG, a taxa de cobertura em 2008 foi de 99,5%, em 2009 de 96,4%, 2010 de 96,6% e 2011 de 90,5%. Observa-se, entretanto, uma queda do indicador partir de 2009, o que foi avaliado pela referida análise executiva como sugestivo de preocupação, cujas causas precisam ser exploradas.

Além das considerações quanto à cobertura do programa, a análise executiva também identificou, a partir dos indicadores de resultado, que o PNI foi eficaz em manter baixas taxas de mortalidade e morbidade durante o período avaliado. Os custos dessa intervenção foram avaliados a partir de dados facilmente disponíveis no contexto do programa: os gastos do programa em proporção aos gastos dos órgãos em que está inserido. Nesse sentido, foi identificado que o PNI apresentou um gasto médio correspondente a apenas 0,37% do gasto total do Ministério da Saúde (11% do gasto médio da Subsecretaria de Saúde Pública, a instituição diretamente responsável pelo programa).

Considerando um cenário hipotético em que o Chile apresentasse as taxas de mortalidade por tuberculose iguais às dos cinco anos anteriores à introdução da vacina, o resultado seria de 26.560 mortes esperadas, em vez das 236 que de fato ocorreram em 2011. No caso do sarampo, praticamente erradicado, teriam ocorrido 85.069 casos e 4.033 mortes, em vez dos 6 casos e nenhuma morte em 2011. Embora não se possa atribuir toda essa diminuição às vacinas, ainda assim são números importantes para que se obtenha alguma informação acerca da dimensão dos resultados do programa, tendo em vista a ausência de dados provenientes de avaliação de impacto.

De forma geral, a análise executiva do PNI identificou como evidente que o programa cumpre seu objetivo de reduzir ou manter a morbimortalidade por doenças transmissíveis evitáveis pela vacinação.

Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

## 8. Análise crítica

- ✓ Uma vez apresentadas todas as informações, referentes aos componentes de desenho, processos, percepção dos beneficiários e resultados da política, é necessário analisá-las de forma crítica, de modo a embasar as recomendações que serão feitas quanto a possíveis ajustes ou realização de novas avaliações.
- ✓ Uma ferramenta recomendada para ser utilizada nessa etapa é a **análise SWOT**

É uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário, sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico.

**Objetivos:** efetuar análises dos ambientes internos e externos; identificar elementos-chave para a gestão, estabelecer prioridades de atuação; preparar opções estratégicas: riscos/problemas a resolver; diagnóstico do programa; fortalece os pontos positivos, indica quais pontos deve melhorar, mostra as chances de crescimento, oportunidades e alerta diante de riscos.

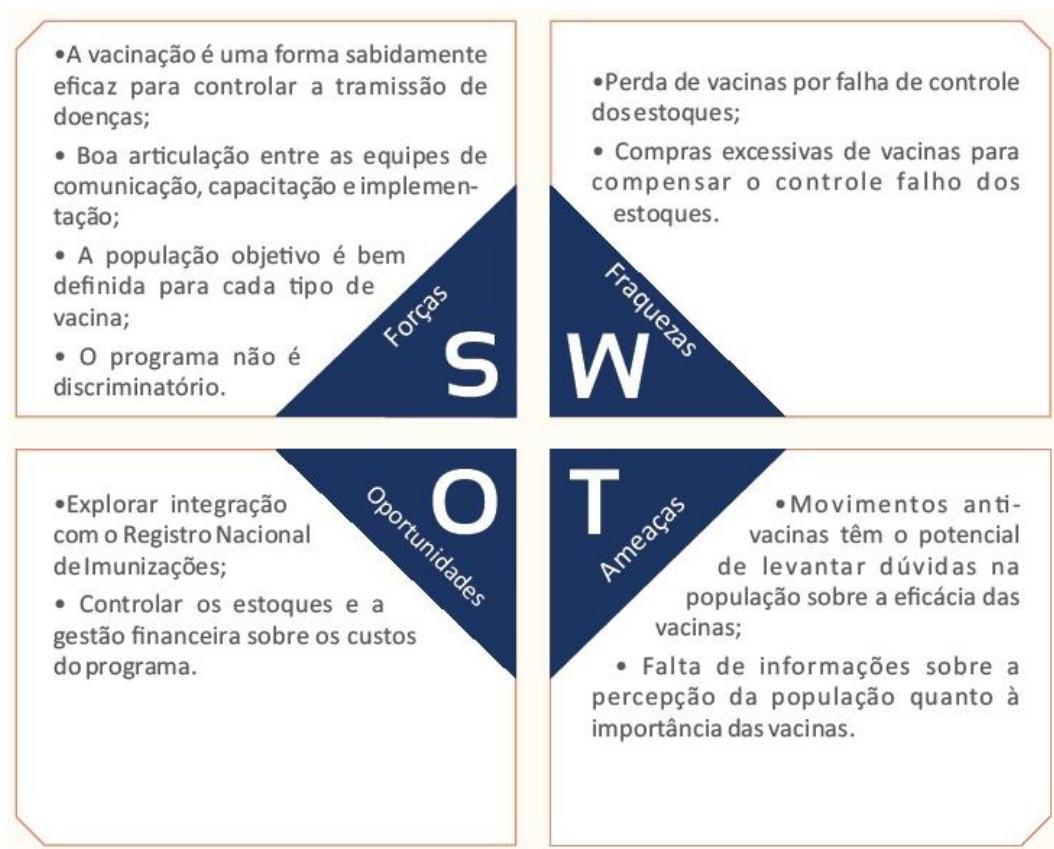
A sigla é oriunda do idioma inglês, Forças (Strengths); Fraquezas (Weakness); Oportunidades (Opportunities); e Ameaças (Threats).

**Figura 23 – Matriz SWOT do BARE**



Fonte: IJSN, 2019.

**Figura 24 – Matriz SWOT do PNI**



Fonte: IJSN, 2019.

## Atividades práticas (7)

- 1) Elabore uma matriz SWOT para seu programa.

## 9. Recomendação

- ✓ Elas devem ser customizadas para cada política em particular e deverão compor um conjunto de sugestões que visem a corrigir eventuais problemas que tenham sido detectados e a melhorar os resultados alcançados.
- ✓ Na prática, nenhuma política pública está livre de problemas, seja de desenho, de implementação ou de monitoramento.

**Figura 25 – Programas de Bolsas de Apoio a Retenção Escolar (BARE) do Chile <sup>20</sup>**

Exemplo 1

Programa de Bolsas de Apoio a Retenção Escolar (BARE) do Chile<sup>20</sup>

Após analisar todas as informações consolidadas até essa etapa, a análise executiva do BARE apresentou algumas recomendações:

(i) Redefinir os critérios de focalização (e, portanto, a população objetivo) do programa, de forma a incluir uma definição clara de *Liceos Focalizados*. Também foi recomendado que a JUNAEB adotasse um modelo para a identificação e renovação de seus *Liceos Focalizados* com base apenas em variáveis observáveis, de forma a evitar julgamentos subjetivos e garantir que esse modelo possa ser aplicado sistematicamente a cada ano, o que tornará o processo consistente ao longo do tempo.

(ii) Quanto aos processos de seleção dos beneficiários, foi recomendado o estabelecimento de uma maior articulação com os programas PARE e SPR, a fim de otimizar o uso de recursos destinados a estudantes com maior risco de abandono. Além disso, com o objetivo de melhorar a focalização do programa, isto é, não excluir de seu público-alvo os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeducativa que não estudam em *Liceos Focalizados*, foi recomendado também considerar a possibilidade de inclusão dos beneficiários do PARE e SPR à população objetivo do programa, uma vez que esses alunos também são classificados como de alto risco de abandono escolar.

Fonte: IJSN. Guia para Avaliar Políticas Públicas, Vol. 3. 2018

**Figura 26 – Programa Nacional de Imunização (PNI) do Chile <sup>21</sup>**

### Exemplo 2

#### Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Chile<sup>21</sup>

Uma vez considerados e analisados todos os dados coletados no contexto da análise executiva do PNI, foram realizadas diversas recomendações:

(i) Em relação aos planos de comunicação, notadamente importantes para mitigar os riscos apresentados pelos movimentos antivacinas na sociedade, foi recomendado o fortalecimento do componente de comunicação social e disseminação para a população da importância da vacinação, estendendo-o para todas as vacinas englobadas pelo PNI.

(ii) Quanto aos problemas identificados nos processos do programa, foi recomendada a utilização de sistemas informatizados que facilitassem a gestão financeira e o controle de estoques, de forma a reduzir as ineficiências provenientes do desperdício de vacinas. Também foi indicado o uso de sistema para melhorar a integração dos registros do programa com as informações de monitoramento do Registro Nacional de Imunizações (RNI).

(iii) Foi recomendado o desenvolvimento de um estudo que mensurasse de forma qualitativa e quantitativa a percepção e o comportamento da população em relação à vacinação, em especial os grupos de maior risco ou vulnerabilidade, com o objetivo de detectar os meios mais adequados para conscientizar a população objetivo, neutralizando assim a ação dos grupos antivacinas.

(iv) A análise executiva realizada identificou algumas tendências de diminuição nas taxas de cobertura de algumas vacinas em anos recentes. Nesse sentido, foi recomendada a realização de estudos específicos para investigar as causas desse fenômeno.

(v) De forma mais geral, considerando a eficácia demonstrada pelo PNI ao longo de décadas e tendo em vista a importância de que as novas gerações sempre se mantenham imunizadas para que as taxas de morbidade e mortalidade sejam mantidas sob controle, foi recomendada a continuidade do PNI, com a ressalva das demais recomendações descritas acima.

**Recomendações – Exemplo:**

**Figura 27 – Relatório e Sumário da Política de Enfretamento à Violência Contra as Mulheres no Estado do Espírito Santo.**



Fonte: IJSN, 2019.

## 10. Métodos para Coleta de Dados

### 1) REVISÃO DE DOCUMENTOS

*A revisão de documentos é uma maneira de coletar dados revisando informações existentes. Os documentos podem ser relatórios, registros do programa, avaliações de desempenho, propostas de financiamento, atas de reuniões, newsletters, materiais de marketing, entre outros.*

### 2) Entrevistas

*É um método de coleta de dados quantitativos ou qualitativos através de perguntas feitas oralmente. Perguntas quantitativas são fechadas e objetivas, com opções de respostas específicas que podem ser categorizadas, enquanto perguntas qualitativas são abertas, ou seja, podem ser respondidas com as próprias palavras do entrevistado. As entrevistas conduzidas para avaliação de programa são tipicamente qualitativas, mas podem incluir algumas questões quantitativas.*

### 3) Grupo Focal

*É um método de coleta de dados qualitativos através de uma entrevista com um grupo de aproximadamente seis a doze pessoas, que podem compartilhar de características semelhantes e interesses comuns ou de características distintas. O facilitador cria um ambiente que incentiva os participantes a compartilharem suas percepções e pontos de vista.*

### 4) Questionários

*Um questionário é um conjunto de perguntas elaboradas para coletar informações de indivíduos. A aplicação pode ser feita por correio, telefone, entrevistas face a face ou de forma eletrônica.*

## **Atividades práticas (7)**

- 1) Pontue quais recomendações deverão ser realizadas após aplicação do projeto/programa/política



Fonte: Fotografia disponível para uso livre em <https://www.pexels.com/pt-br/foto/grupo-de-pessoas-reunidas-em-torno-de-uma-mesa-de-madeira-3184360/>

## 11. Referências

- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Políticas Públicas. **Avaliação de políticas públicas: por onde começar?** Um guia prático para elaboração do Mapa de Processos e Resultados e Mapa de Indicadores. Belo Horizonte: FJP, 2022.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Guia para Avaliar Políticas Públicas** | volume 3. Avaliação ao alcance de todos: análise executiva. Vitória, ES, 2018.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Política de enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado do Espírito Santo**. Análise dos Programas Homem que é Homem e Patrulha Maria da Penha. Vitória, ES, 2019.